



Núcleos urbanos informais e os desastres climáticos no Rio Grande do Sul

Jornal da Universidade / 5 de junho de 2024

Artigo | Dafne dos Santos e Andrea Iescheck, do Sensoriamento Remoto, apresentam webmapa de acesso público que cruza dados das enchentes com identificação de domicílios em vulnerabilidade

*Foto: Flávia Dutra/JU

Compreender o urbano através da organização socioespacial é se deparar com os inúmeros problemas de ordem social, econômica e política. Dentre essas adversidades encontradas estão o desafio habitacional, a pobreza, o desemprego, a exclusão e outros diversos fatores que reforçam a vulnerabilidade socioambiental nas cidades.

Embora a pobreza e a desigualdade social sejam fatores fundamentais para o surgimento e o agravamento da crise de moradias e para a irregularidade e precarização dos assentamentos humanos, a compreensão da dinâmica habitacional não somente pode ser pensada apenas a partir do problema da distribuição de renda, como também na intervenção pública para assegurar o acesso a esse direito.

No final dos anos 1990, foi realizada a Conferência Habitat II, onde se acordou que o conceito de habitação adequada vai além de aspectos físicos da moradia, pois necessariamente precisa prover segurança, iluminação, ventilação, infraestrutura básica, localização adequada e facilidades básicas, por um custo razoável. Porém, no mundo real as situações de habitação precária e irregularidade se diferenciam de uma região para outra, em um mesmo município, e até mesmo no interior de um único assentamento.

A dificuldade de obtenção de informações acerca da informalidade e da precariedade habitacional no Brasil representa um obstáculo para a elaboração de diagnósticos que sejam capazes de subsidiar a formulação de programas e estratégias de regularização fundiária. Entretanto, na busca por evidenciar os territórios urbanos irregulares no país, o IPEA em 2019 consolidou sua metodologia de caracterização dos Núcleos Urbanos Informais (NUI). Uma das importantes etapas metodológicas foi o levantamento e análise de índices, indicadores e variáveis potencialmente relevantes para a identificação de NUI no Brasil. Nessa investigação, foi possível aferir que a vulnerabilidade social e suas formas de representação possuem participação importante na construção metodológica utilizada pelo IPEA para caracterizar e identificar um NUI em caráter nacional.

Assim, a noção de NUI é fundada pela lei 13.465 de 2017, que prevê princípios e mecanismos da regularização fundiária. O Ministério das Cidades em 2017 define os NUI como núcleos clandestinos, ocupações irregulares ou territórios que não possuem titulação, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização.

De maneira geral, esses NUI são comumente encontrados nas periferias ou em áreas suscetíveis a riscos ambientais das grandes cidades e possuem condições precárias de infraestrutura e mobilidade urbana, de acesso a educação e saúde, entre outros serviços públicos que uma cidade pode oferecer.

Para compreender a situação dos NUI no cenário de desastre climático, foi desenvolvido um [webmapa](#) de acesso público que auxilia o usuário nas análises e informações acerca do tema. O desenvolvimento do visualizador web ocorreu na plataforma ArcGIS Online da ESRI. A UFRGS disponibiliza o acesso federado aos estudantes através do portal do aluno e com uma gama de ferramentas e aplicações disponíveis. Neste webmapa foram utilizados dados dos NUI mapeados pelo IPEA em 2019 e as informações de inundações do Gualiba e seus afluentes, utilizando a cota de 5,50m, disponível no [Repositório de informações geográficas para suporte à decisão – Rio Grande do Sul 2024](#).

O banco de dados do repositório aponta cerca de 242 mil domicílios afetados com a catástrofe ambiental em Porto Alegre e Região Metropolitana (RM). Dentre as cidades da RM, Eldorado do Sul foi um dos municípios mais afetados, e a estimativa é de que aproximadamente 75% da população foram vítimas desse desastre ambiental e se encontram desalojados, conforme boletim divulgado pela prefeitura em 16 de maio. Ao cruzar as informações no [webmapa](#) sobre os NUI afetados pelas cheias dos rios que desaguam no Gualiba, foi possível identificar que Eldorado do Sul possui 626 domicílios em território informal, os quais foram atingidos pelas inundações e não possuíam informações sobre os indícios de situação de risco na época de seu mapeamento.

Ainda de acordo com o Repositório, a cidade de Canoas teve aproximadamente 44% de sua população afetada. Cerca de 57 NUI foram atingidos pelas enchentes, totalizando 13.194 domicílios em território informal. Entretanto, apenas 22 NUI possuíam a informação de indicio de risco de inundação naquele local. As pessoas afetadas residiam em bairros como Rio Branco, Fátima, Mato Grande, Harmonia, Matias Velho, São Luís e Niterói.

Já em Porto Alegre, as informações divulgadas pela Prefeitura Municipal apontam cerca de 151 mil pessoas atingidas. O município possui 580 NUI mapeados pelo IPEA, e a estimativa é de que 113 desses territórios sofreram algum dano pelas inundações ocorridas nas últimas semanas. Apenas 15 deles indicavam indícios de situação de risco de acordo com a prefeitura; entretanto, os riscos não foram especificados.

Dessa forma, estudos relacionados a indicadores que apontam níveis distintos de vulnerabilidade socioambiental, principalmente em comunidades periféricas ou aquelas situadas em áreas de riscos, são de extrema importância para compreender e analisar espacialmente as vulnerabilidades existentes no ambiente urbano de Porto Alegre e RM. Essas análises espaciais auxiliam na prevenção de riscos, na implementação de políticas públicas e nas decisões tomadas por parte do Estado que, nesses casos, acaba por se ausentar.

É evidenciada a necessidade de mais estudos sobre planejamento urbano inclusivo e discussões acerca do assunto, uma vez que, no Antropoceno, a sociedade age como parte ativa na dinâmica da paisagem urbana e a população mais afetada é aquela desprovida de renda mínima, isto porque está sujeita a viver em ambientes suscetíveis a desastres climáticos.

[Dafne Cavalheiro dos Santos](#) é licenciada em Geografia, mestranda no Programa de Pós-graduação em Sensoriamento Remoto (PPGSR/UFRGS) e pesquisadora na área de Cartografia e Ciência da Geoinformação.
[Andrea Lopes Iescheck](#) é professora no Departamento de Geodésia da UFRGS e no Programa de Pós-graduação em Sensoriamento Remoto (PPGSR) e pesquisadora na área de Cartografia e Ciência da Geoinformação.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas



Para repensar a infraestrutura urbana

INSTAGRAM

jornaldauiversidadeufrgs
@jornaldauiversidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO



CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro |
Bairro Farrroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:
90040-060

[\(51\) 3308.3368](tel:5133083368)

jornal@ufrgs.br

[View on Instagram](#)